

Quem elegeu Javier Milei

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

A Argentina elegeu Javier Milei e repetiu o Brasil de 2018. Escolheu um presidente que rompe com o passado progressista, apresentando propostas tão inconsistentes que, depois da vitória, pergunta-se como foi possível o eleitor escolher alternativa tão arriscada. Bolsonaro e Milei foram eleitos pela esquerda que perdeu legitimidade ao governar com irresponsabilidade para o presente, sem oferecer sonhos para o futuro, defendendo privilégios e praticando corrupção. O cansaço com o passado foi maior do que o risco com o futuro incerto.

O eleitor escolheu ficar contra o passado velho, não necessariamente para construir um futuro novo. Votaram os desesperados com a realidade; os descontentes com todos os outros políticos; os que, de tanto cansaço com a beira do abismo, acham que não há outra alternativa além de jogar-se e tentar depois se recuperar do desastre que, por pior que seja, será diferente do passado e do presente; votaram também os que têm esperança de que o eleito utilize paraquedas que minimize o impacto da queda. A Argentina é uma lição para aqueles que, no Brasil, acham que o medo do abismo é suficiente para barrar a eleição dos que parecem loucos e eleger os que parecem lúcidos, mas sem credibilidade. A memória é curta e esquecemos que, em 2018, fomos a Argentina de hoje; e que, em 2022, por pouco não continuamos na queda.

No que se refere à responsabilidade, o governo

Lula tem no Ministério da Fazenda uma voz que passa confiança, mas sem o respaldo total de seu partido, e o próprio presidente da República passa sinais contraditórios sobre a necessidade de responsabilidade fiscal; o afrouxamento de certas regras para nomeação de dirigentes acenam ao risco da volta do aparelhamento da máquina do Estado e consequente corrupção.

No que se refere à esperança, os progressistas brasileiros precisam olhar para a Argentina e perceberem que, apesar de estarmos melhores que eles, não estamos acenando para o futuro. Temos um amplo programa de assistência social com transferência de renda mínima, mas não propomos em quanto tempo os brasileiros não precisarão mais de auxílio estatal para a sobrevivência. Voltamos a ter taxas de crescimento, mas não oferecemos esperança de uma economia dinâmica compatível com o equilíbrio ecológico e com a evolução tecnológica, inclusive com a inteligência artificial. Não damos esperança de como garantir emprego, em uma época de robotização; nem como equilibrar a Previdência Social, em tempo de esgotamento do Estado e de envelhecimento da população.

Não acenamos para um país sem corrupção, sem violência, desemprego, sem pobreza, nem desigualdade; os governos não apontam para reformas sociais que construam uma estrutura distributiva de renda. Nem para garantir filhos de pobres em escolas tão boas quanto filhos de ricos.

Estamos consertando desastres herdados do passado, mas não estamos acenando com esperanças para o futuro. Não estamos oferecendo esperanças, apenas conformidade assistencial no mesmo velho sistema que na Argentina levou o eleitor a preferir Javier Milei.

Nossas ideias estão tão caducas quanto às dos peronistas na Argentina: continuamos confundindo sindicatos com povo, público com estatal, economia nacional com realidade global, desperdícios inflacionários com investimentos produtivos, assistência com revolução, justiça com impunidade, partido com país, presente com a construção do futuro, a realidade digital e robotizada com o tempo analógico e mecânico. Ficamos para trás, empurrando o povo na direção do abismo, sem nos preocupar com a paciência do eleitor que por descontentamento decide dar um passo adiante apesar das prováveis consequências.

No momento em que o Brasil exige reformas, os progressistas ficam conservadores e defensores do status quo. É a direita que propõe reformas antipovo, mas que seduzem um eleitorado descontente com a realidade e sem ver esperança em nossos discursos. A Argentina mostrou que prefere um louco direitista com novidade a um progressista lúcido nostálgico do passado e se locupletando de privilégios no presente; e sem se perguntar onde erramos entre 1992 e 2018, continuamos errando por arrogância de uma vitória por 1% do eleitorado contra o Milei brasileiro.

Meio ambiente e qualidade de vida desigual no DF

» LUCIO RENNÓ
Professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do ObservaDF

Hidrogênio verde, descarbonização, transição energética são conceitos relativos a questões ambientais que mobilizam o debate público nas esferas de decisão coletiva no Brasil. São ideias complexas, de difícil compreensão, que parecem distantes da realidade diária de todos nós, mas extremamente importantes para se regulamentar a exploração sustentável de recursos naturais.

Não obstante, questões ambientais são também temas do nosso dia a dia. Dizem respeito às condições do meio ambiente nos locais em que moramos e dos comportamentos de conservação e preservação que adotamos. Se temos que pensar globalmente, precisamos agir localmente. Assim, a discussão sobre essas questões é de interesse da sociedade local e do poder público local. Não são só temas complexos e distantes, que o Congresso trata, mas com implicações para a saúde pública local, para o bem-estar da população, para o consumo consciente.

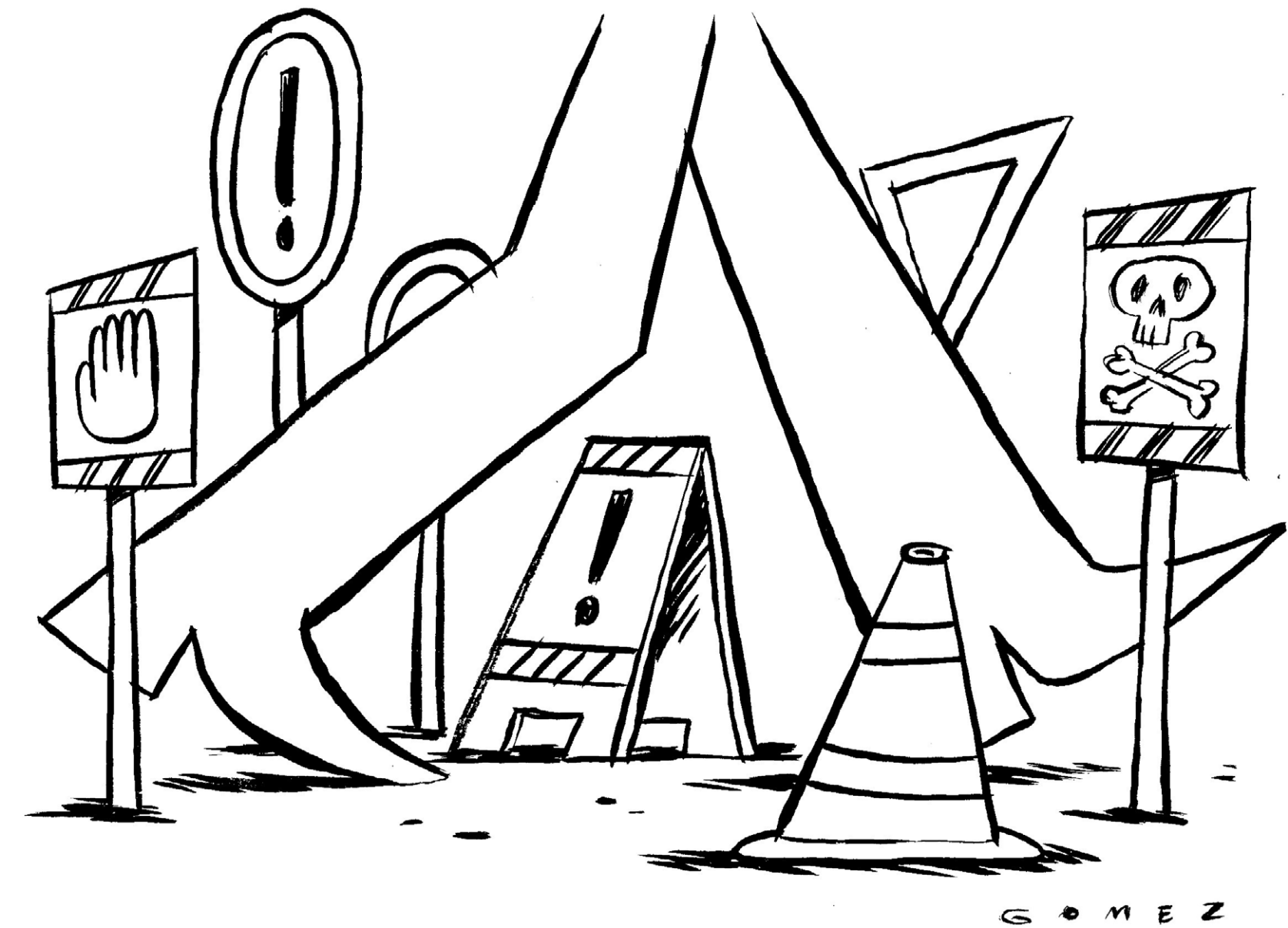
Com isso em mente, o Observatório de Políticas Públicas do DF (Observa-DF) da Universidade de Brasília, com o apoio da senadora Leila Barros, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, realizou pesquisa em agosto de 2023 que mapeia os padrões comportamentais e as avaliações da população sobre a situação do meio ambiente e das políticas ambientais no DF. Foi aplicado questionário estruturado a uma amostra de 1.000 habitantes, representativa da população urbana.

Os dados mostram uma população muito crítica da situação ambiental da região e dos comportamentos da sociedade sobre a questão. Também é uma sociedade, em geral, pessimista sobre o futuro. Para dois grupos, esses pontos são ainda mais agudos: os moradores de cidades de renda baixa e os jovens — entre 16 e 24 anos. Para os mais pobres, os problemas ecológicos são mais graves, desvendando mais uma camada da perversa desigualdade que assola o DF e que tem resistido a governos.

Perguntamos, inicialmente, se as pessoas adotam práticas de preservação e conservação do meio ambiente. A maioria entende que os outros não fecham a torneira ao escovar os dentes, não reduzem o tempo de banho, não economizam água ou energia, não consomem mais produtos que não gerem resíduos sólidos ou orgânicos, não separam o lixo reciclável, jogam lixo no chão e não usam sacolas biodegradáveis. Ou seja, prevalece uma visão negativa sobre comportamentos sustentáveis da sociedade.

Pensando na qualidade do meio ambiente perto da residência, os principais problemas são: ruas muito empoeiradas, presença de lixo nas ruas, animais abandonados e ruídos altos. Para pessoas mais jovens e para os grupos de renda baixa, esses problemas são ainda mais acentuados, incluindo, na lista, a presença de esgoto ou água suja na rua. Também as condições ambientais são muito piores na percepção dessa parcela da população: há uma percepção de muito mais ruídos na rua e de que estas são menos arborizadas onde moram. Ou seja, nas regiões mais pobres e na perspectiva dos jovens, abundam situações negativas ambientais no local de moradia e mingnam condições positivas, como o conforto térmico gerado pela presença de sombras das árvores e o sonoro, com menos barulho nas áreas públicas.

Por último, perguntamos sobre as expectativas sobre os problemas ambientais. Prevalece um pessimismo generalizado no DF: 61% dizem que vão aumentar os problemas e 16% que ficarão iguais. Para os moradores de cidades de renda baixa, isso é ainda pior: 69% pensam que vai piorar e 16% que ficará igual. Jovens também são mais pessimistas: 65% pensam que piorará e 20% que ficará igual. Ou seja, esses segmentos da sociedade que são mais críticos dos comportamentos e situações ambientais não têm visto melhorias no presente e projetam essa frustração para o futuro, imaginando que nada vai melhorar. Mostra também uma descrença com a habilidade dos governos em reverterem o quadro.



Novos tempos e a inteligência artificial

» ARNALDO NISKIER
Membro da Academia Brasileira de Letras

Há mais de 20 anos, computadores conseguem derrotar humanos em jogos complexos e rivais robôs. Isso se nota, hoje, num grupo que reúne cientistas da Deep Mund (o braço de inteligência artificial do Google), da Sony, do projeto MidJourney, da startup Equilibre e da Universidade de Alberta, no Canadá. Um grande número de rodadas é necessário para que se atinja o nível de excelência. O sistema de inteligência artificial (IA) vence jogos mesmos sem saber previamente as regras, o que mostra o indiscutível avanço da matéria.

A inteligência artificial comemora a sua chegada no necessário estado da arte. Pode recriar vozes in-críveis da nossa cultura, como aconteceu com John Lennon e Edith Piaf. Foi usada na narração de um filme biográfico da cantora francesa, que viveu entre 1915 e 1963.

Com a existência de perigosas deepfakes, a IA carece de uma pronta regulação. Não pode caminhar livremente, como demonstrou na recente eleição presidencial da Argentina. Com a popularização

dessa ferramenta, o seu uso pode ser desmesurado e agressivo. Como diz um projeto de lei em estudo no Brasil, não se pode induzir dessa forma o eleitor a erro. Isso deve ser evitado.

É sabido que os robôs de inteligência artificial generativa, como o ChatGPT, cometem seguidos erros — hoje chamados de “alucinações”. A frequência pode variar de 3% a 27%. Os chatbots inventam informações, o que é profundamente condenável. Vocês já imaginaram conviver com esses riscos na área médica, por exemplo?

Quando não houver uma resposta clara, o sistema não precisa ser criativo, e, com isso, levar a lamentáveis equívocos. As alucinações devem — e precisam — ser reduzidas a zero, para aumentar a credibilidade do sistema.

E há um risco que se liga fundamentalmente às mulheres. É o caso do Colégio Santo Agostinho, no Rio de Janeiro. São falsos nudes que aconteceram no Rio, em Belo Horizonte, Recife e São Paulo. A sua divulgação em redes sociais configura um crime mais que evidente e, na verdade, vexatório. A

atriz Isis Valverde foi vítima dessa prática infame, que esbarra na ausência de uma legislação com regras claras. Essa prática afeta, claramente, a saúde mental das suas vítimas.

É claro que o uso intensivo da IA teria que chegar às escolas brasileiras. O contato com inovações científicas e tecnológicas é mais que necessário — e até mesmo fundamental. A inovação no ensino vai muito além do simples uso do computador. É preciso ir adiante nos estudos em livros e salas de aula.

Hoje, fazem parte do universo escolar áudios de língua estrangeira, games, simuladores, realidades aumentadas e podcasts. É aí que entra o uso indispensável da inteligência artificial, que poderá ajudar o aluno na escolha do seu melhor caminho e no planejamento de uma aula de vanguarda por parte do professor. A sua ajuda pode se estender ao conhecimento de mitos, como Einstein, Freud e Sabín, para conhecer melhor o que representam para o mundo do conhecimento. Estamos, sem dúvida, vivendo novos tempos.